

A mídia como elemento potencializador de efeitos de poder: verdade, sujeição e resistência

Bruna Cardoso De Nadai

Wallace de Gois Silva

Professores Orientadores: Me. Julio Comparini e Dr. Silvio Gabriel Serrano Nunes

Resumo

O poder, como objeto de estudo, sempre foi pensado a partir da figura do Estado ou de personalidades históricas que o exerceram, sem que fosse estudado em seus mecanismos. Foucault analisa o poder a partir de sua manifestação externa, enquanto expressão de relações sociais capazes de determinar o comportamento do indivíduo, difundido na sociedade e amparado em discursos, determinando o sujeito e por ele sendo determinado. Trata-se, assim, do papel da mídia como ator que interage com os efeitos de poder e da formação do sujeito e sua subjetividade.

Palavras-chave: Discursos de poder. Instituições sociais. Poder estatal. Influência midiática. Subjetividade.

Abstract

As an object of study, the power was always thought from the figure of the State or from historical personalities who exercised it, without being studied in its mechanisms. Foucault analyzes power from its external manifestation, as an expression of social relations capable of determining the individual's behavior, disseminated in society and supported by speeches, determining the subject and being determined by him. Therefore, it is the role of the media as an actor that interacts with the effects of power and the formation of the subject and his subjectivity.

Keywords: Power speeches. Social institutions. State power. Media influence. Subjectivity.

1. Introdução

Em sua obra *Microfísica do Poder*, Foucault examina as relações de poder, voltando-se não para o indivíduo que o possui, nem para as intenções nas quais se funda, mas para a interação entre discursos, práticas e mecanismos que o constituem, que produzem os indivíduos enquanto sujeito e ao mesmo tempo são produzidos por eles.

Na evolução das relações de poder na história, surge a sociedade disciplinar, que se instrumentaliza na vigilância contínua dos indivíduos, a qual possibilita a dominação por meio do controle minucioso sobre os corpos.

Nesse cenário, a mídia interage como elemento potencializador de efeitos de poder, como intermediadora da sociedade vigilante e construtora da percepção individual sobre os eventos

noticiados, construindo, conforme seus interesses, indivíduos que serão produtos e produtores de poder.

Como efeito de poder, a sujeição, na sociedade disciplinar, dociliza e investiga os corpos. Contudo, mesmo na sociedade em que predomine o domínio e controle de corpos, onde houver poder, nota-se que sempre haverá alguma forma de resistência.

2. Foucault e a *Microfísica do Poder*

Com o intuito de trazer as ideias de Foucault e contribuir com as discussões sobre o cenário atual, apresenta-se, inicialmente, algumas questões que orbitam a noção de poder na obra *Microfísica do poder*, que reúne textos datados dos anos 1970, editados em 1979. Entre elas estão as ideias a respeito da verdade, das relações de poder na história, a forma pela qual o poder foi encarado ao longo de importantes marcos históricos, da posição do Estado e das diversas instituições na dinâmica das relações de poder.

As ideias aqui tratadas foram delineadas por Foucault, expressas em vários artigos, cursos, entrevistas e debates transcritos, privilegiando o estilo de diálogo, inseridos em determinado contexto e relacionados à análise de um objeto específico, como por exemplo o sistema punitivo, a estrutura judiciária, a clínica médica, os hospitais e a ciência psiquiátrica, cenários fundamentais para a compreensão do pensamento do filósofo. Assim, pretende-se partir de conceitos oriundos das discussões compiladas na obra *Microfísica do Poder*, em contraste com o momento atual, sem perder de vista que foram utilizados em um diferente panorama.

Os diálogos que compõem a obra nos apresentam o caráter difuso do poder: diferentemente da concepção mais comum, que é sustentada na abstrata imagem do Estado, em acepção substancialmente repressiva, materializado na figura de uma pessoa ou como um instrumento concreto que se possui e se transfere, o funcionamento do poder, para Foucault, está centrado na interação, na dinâmica das relações sociais.

O que se concebe como poder são as relações de poder, a apreensão do seu exercício, verificado em sua manifestação externa; o poder, dessa maneira, capilariza-se e se dissemina na sociedade, perpassando o indivíduo, que é tanto seu produtor como o seu produto:

Trata-se, ao contrário, de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações, lá onde ele se torna capilar; captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que, ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam, ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material, eventualmente violentos.

[...]

Portanto, não perguntar por que alguns querem dominar, o que procuram e qual é sua estratégia global, mas como funcionam as coisas no nível do processo de sujeição ou dos processos contínuos e ininterruptos que sujeitam os corpos, dirigem os gestos, regem os comportamentos. (FOUCAULT, 2019, p. 282-283).

Fica, então, evidente que Foucault tem como objeto de estudo o poder em seu nível mais elementar, exercido no interior de instituições como hospitais psiquiátricos, presídios, escolas, ambientes de trabalho e na interação social entre elas. Essas instituições tipificam o modo de operar do poder que determina a atuação dos sujeitos e, simultaneamente, faz com que os indivíduos direcionem a ação de outros, sem, necessariamente, constituírem objetos passivos de uma força que se abate sobre eles.

É importante notar que sob essa ótica o poder não é exclusivo do Estado, que representa, também, um dos atores com os quais o poder se comunica e por meio dos quais é comunicado, havendo entidades e mecanismos que interagem com o aparelho estatal em um nível microscópico e que também são responsáveis pela determinação de comportamentos individuais.

Nota-se, desse modo, que o filósofo não se prende à análise do poder exercido ao nível do Estado. Dito de outro modo, não está entre suas pretensões, nas discussões que compreendem a *Microfísica do Poder*, a elaboração de uma teoria de Estado. Indagado sobre certo negligenciamento do aparelho estatal ao se dedicar a investigar os micropoderes, Foucault, mencionando a experiência soviética, reitera que “(...) o poder não está localizado no aparelho de Estado e que nada mudará na sociedade se os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo, ao lado dos aparelhos de Estado, em um nível muito mais elementar, cotidiano, não forem modificados.” (idem, p. 240).

Destaca-se, também, que o pensador admite que o poder não tem um viés unicamente repressivo, característica que usualmente lhe é atribuída em concepção jurídica, mas é produtor de coisas: proporciona prazer, produz verdades, discursos e subjetividades, criando técnicas de dominação cada vez mais eficazes e econômicas.

Intrinsecamente ligada aos mecanismos de poder está a construção do saber, que é produzido a partir do regime de verdade definido pela sociedade. Para Foucault, a verdade é o “conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder” (idem, p. 53).

Foucault, então, estabelece uma relação triangular entre poder, direito e verdade, estudando os mecanismos existentes entre as regras do direito que definem o poder e os

discursos que são produtos desse mesmo poder, que ele propaga e que são capazes de difundi-lo no interior da sociedade.

Observa-se, assim, que, para se reproduzir, as relações de poder dependem da criação e transmissão de discursos de poder, uma vez que a conduta social é determinada por regras elaboradas segundo a verdade construída, a partir da qual somos “julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder.” (idem, p. 279).

De outro lado, Foucault relaciona o direito e o poder, indicando o elo existente entre eles na criação do conceito de soberania, descrevendo o processo histórico que resulta na passagem de uma sociedade de soberania para a sociedade disciplinar - com certos traços, no entanto, de um regime de soberania ainda presentes.

O pensamento jurídico das sociedades ocidentais, desde a Idade Média, voltou-se à figura do rei, em uma tentativa de, primeiramente, conferir legitimidade ao poder régio e aos direitos reais e, em momento posterior, estabelecer os seus limites.

Ao eleger como problema central a soberania, Foucault afirma que o objetivo era a justificação dos privilégios reais e o dever de obediência, voltando-se para a relação entre o soberano e os seus súditos. É a partir do século XVII que o filósofo identifica o surgimento desse outro mecanismo de poder, que diverge da soberania e que investe sobre os indivíduos e sua conduta: o poder disciplinar.

O poder disciplinar é exercido por meio da permanente vigilância dos indivíduos e, diferentemente da soberania, que tem como foco a terra e a produção, a disciplina recai sobre os corpos e suas ações. Enquanto a soberania se exercia por meio da figura de um monarca e recaía sobre um grupo inteiro, pelo método do exemplo (geralmente de punição), o poder disciplinar a dispensa, valendo-se do monitoramento contínuo e individualizado do corpo social:

Esse novo mecanismo de poder apoia-se mais nos corpos e seus atos do que na terra e seus produtos. É um mecanismo que permite extrair dos corpos tempo e trabalho mais do que bens e riqueza. É um tipo de poder que se exerce continuamente através da vigilância e não descontinuamente por meio de sistemas de taxas e obrigações distribuídas no tempo; que supõe mais um sistema minucioso de coerções materiais do que a existência física de um soberano. Finalmente, ele se apoia no princípio, que representa uma nova economia do poder, segundo o qual se deve propiciar simultaneamente o crescimento das forças dominadas e o aumento da força e da eficácia de quem as domina.

[...]

Esse novo tipo de poder, que não pode mais ser transcrito nos termos da soberania, é uma das grandes invenções da sociedade burguesa. Ele foi um instrumento fundamental para a constituição do capitalismo industrial e do tipo de sociedade que lhe é

correspondente; esse poder não soberano, alheio à forma da soberania, é o poder disciplinar. (idem, p. 290-291).

No cenário da vigilância social constante, Foucault examina o panóptico, de Jeremy Bentham, cuja arquitetura permite a visibilidade permanente e integral de todos os indivíduos. Sua estrutura circular tem, ao centro, uma torre para observação de tudo o que ocorre no interior das celas, as quais são atravessadas pela luz que entra pelas janelas localizadas em ambos os lados dos compartimentos, continuamente monitorados.

Tal modelo se difundiu durante a Revolução Francesa, que perseguir um ideário de transparência, de controle exercido através do olhar, culminando em uma sociedade livre de obscuridades e privilégios ocultos ou desordem, prevalecendo a opinião como forma benéfica de julgamento dos atos alheios.

Seguindo essa estrutura, o controle social seria exercido pelos próprios indivíduos, uns sobre os outros; o vigilante é, ao mesmo tempo, vigiado e a censura operada pelo olhar constante dos demais, muitas vezes anonimamente, evitaria que se agisse de forma contrária aos interesses sociais, freando toda e qualquer ação nociva. Portanto, esse sistema não necessitaria de grande aporte econômico e nem de coerções materiais, uma vez que cada indivíduo controlaria a si mesmo enquanto é controlado por seus pares.

Contudo, o filósofo ressalta a influência da mídia na construção da opinião, fator que foi determinante para a inviabilização da visibilidade total como instrumento de contenção, tendo em vista que a atuação dos veículos de comunicação é pautada por interesses econômicos e políticos, que agiram para interferir nesse processo:

É a ilusão de quase todos os reformadores do século XVIII, que deram à opinião uma autoridade considerável. A opinião só podendo ser boa por ser a consciência imediata de todo o corpo social, eles acreditaram que as pessoas iriam tornar-se virtuosas pelo simples fato de serem olhadas. A opinião era para eles como que uma reatualização espontânea do contrato. Eles desconheciam as condições reais da opinião, os *media*, uma materialidade que obedece aos mecanismos da economia e do poder em forma de imprensa, edição, depois de cinema e televisão.

[...]

E que esses *media* seriam necessariamente comandados por interesses econômico-políticos. Eles não perceberam os componentes materiais e econômicos da opinião. Eles acreditaram que a opinião era justa por natureza, que ela se difundiria por si mesma e que seria um tipo de vigilância democrática. No fundo, foi o jornalismo – intervenção fundamental do século XIX – que manifestou o caráter utópico de toda essa política do olhar. (idem, p. 339).

Tanto o poder soberano como o poder disciplinar permanecem sendo exercidos, concomitantemente, uma vez que o primeiro serve de fundamento às modernas legislações e

justifica a supremacia estatal, enquanto a disciplina é o instrumento de dominação, por meio do qual são exercidas as coerções que mantêm a unidade e a coesão do corpo social.

Por fim, ainda quanto às relações de poder na história, Foucault desenvolve o conceito de governamentalidade, ao refletir sobre a arte de governar, relacionando-o às “instituições, procedimentos, análises, e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança.” (idem, p. 429).

Ao avaliar o exercício da atividade de governo, Foucault esclarece que a teoria da arte de governar se relaciona ao desenvolvimento do aparelho administrativo das monarquias do século XVI e de estudos que deram origem a um conhecimento a respeito do Estado e seus elementos, a estatística; esteve ligada, ainda, à prática econômica do mercantilismo.

Entretanto, explica que a população como alvo das preocupações estatais e foco da teoria da arte de governar foi resultado da expansão demográfica do século XVII, da expansão econômica e monetária e do aumento da produção agrícola, o que fez revelarem-se os problemas populacionais. Assim, a estatística passa a expressar os fenômenos que ocorrem no interior das sociedades, como o número de mortos, de doentes etc. A partir de então, a melhoria da qualidade de vida da população passa a ser objetivo do governo:

A população aparece, portanto, mais como fim e instrumento do governo que como força do soberano; a população aparece como sujeito de necessidades, de aspirações, mas também como objeto nas mãos do governo; como consciente, ante o governo, daquilo que ela quer e inconsciente em relação àquilo que se quer que ela faça. (idem, p. 425).

Há de se ressaltar, entretanto, que na análise que faz o filósofo, as modificações que culminaram no governo voltado à população não caracterizam uma substituição da sociedade de soberania pelo modelo da sociedade disciplinar, ou que esta última deu lugar à sociedade de governo. Antes, predominou a tríade soberania-disciplina-gestão governamental, já que a soberania ainda não encontrou substituto como fundamento estatal e a disciplina continua sendo necessária a uma gestão minuciosa da população.

3. Mídia, sociedade disciplinar e relações de poder

3.1 Um poder vigilante: mídia e visibilidade na Microfísica do poder

Destacou-se, anteriormente, que Foucault reconhece o papel da mídia em uma sociedade de visibilidade total. A vigilância contínua é mecanismo da sociedade disciplinar, em que o

monitoramento é utilizado para direcionar comportamentos e perpetuar a dominação sobre corpos.

Para essa breve análise, tomam-se, aqui, exemplos de como o conceito de sociedade disciplinar pode se aplicar na contemporaneidade, especialmente na forma em que a mídia será capaz de potencializar ou influenciar a vigilância e o controle sobre os indivíduos e instituições. Quanto a isso, a recomendação de Candioto e Cesar (2019) no artigo *O panoptismo eletrônico virtual e sua ameaça ao exercício da atitude crítica*, é perguntar sobre até que ponto, nos entremeados do poder vigilante e disciplinador do panóptico, “grupos com posições estratégicas privilegiadas no exercício do poder e definidos por suas posições econômicas utilizam-se de ferramentas eletrônicas, tais como as redes sociais, para obter uma enorme quantidade de informações privilegiadas dos indivíduos usuários dessas redes.” (CANDIOTO; CESAR, 2019, p. 83). Dessa forma, apresentam percepções sobre como a posse de dados sensíveis permite maior controle das pessoas e reduzir sua capacidade crítica.

Pari passu, é fato observável que a vigilância sobre processos políticos, ações do poder estatal e fiscalização das instituições em geral, parece mais efetiva quando tornadas acessíveis à população por esses meios. Exemplos recentes divulgados pela imprensa mostram como a exposição de pessoas e órgãos públicos ou privados é capaz de incitar, acalmar ou neutralizar a opinião pública, direcionando a convicção de particulares ou dos poderes públicos. Esse modo de funcionamento remete ao modelo do panóptico, em que a franca vigilância limita os poderes mais imediatos e se expande para um controle mais amplo.

3.2 Mídia como instrumento de poder produtor de verdade

Na linha dos pressupostos derivados da análise foucaultiana da genealogia, poder não é uma substância ou qualidade que algo ou alguém possua ou venha a adquirir. O poder se dá em termos de relações; o poder não se constitui em uma essência que existe por si só: ele se exerce, opera, atua. Na obra de referência *El vocabulário de Michel Foucault*, do filósofo argentino Edgardo Castro, em ordem de determinar a especificidade das relações de poder, Foucault as distingue de outras duas formas de exercícios de poder, a saber: as “capacidades objetivas” e as “relações de comunicação” (CASTRO, 2005, p. 414).

Capacidades objetivas, de acordo com Foucault (em *Dits et écrits*, vol. 4), conforme cotejado por Castro, devem ser entendidas como “el [poder] que se ejerce sobre las cosas, y que da la capacidad de modificarlas, utilizarlas, consumirlas o destruirlas”. (idem). Já as relações de

informação ou comunicação são as “que transmiten una información a través de una lengua, un sistema de signos o cualquier otro medio simbólico”. As relações de poder, por sua vez, são relações entre sujeitos, e se definiriam como “modos de acción que no actúan directa e inmediatamente sobre los otros, sino sobre sus acciones”. (idem)

Castro explicará que, mesmo diferentes das relações de poder, há um entrelaçamento entre estas e as capacidades objetivas e as relações de comunicação: quando se ajustam entre si, de acordo com fórmulas explícitas e reflexas, obtém-se uma disciplina. Daí depreende-se que as relações de poder se constituem em “un conjunto de acciones que tienen por objeto otras acciones posibles; operan sobre un campo de posibilidades: inducen, apartan, facilitan, dificultan, extienden, limitan, impiden”. (idem)

Comunicar é, deveras, uma forma de agir sobre outrem ou de, pelo menos, tentar induzi-lo a determinada prática. Não se pode negar que a mídia, como instrumento de comunicação por excelência, se imbrica com as relações de poder. Ademais, Foucault dirá como o poder, sendo princípio e relação de dominação, exercido sobre sujeitos sociais também é constituidor de tais sujeitos. Num processo que produz a “ordem”, por meio de “discursos de verdade”, as relações de poder determinarão o que o sujeito é, pelo dito e pelo não-dito.

Pressupondo a mídia enquanto “campo complexo, atravessado por lutas heterogêneas que colocam em jogo a disputa de valores, de interesses políticos e econômicos” (FRANCO; LEMOS, 2013), poderemos considerar a intenção de Foucault em analisar suas múltiplas relações de poder, inseridas no dito e não-dito, isto é, nas práticas discursivas e não-discursivas, nos dispositivos de produção e nas formulações de verdade. Os “monopólios no sistema de comunicação brasileiro” (idem) podem ser indagados sob a ideia de “relações de poder-saber-subjetivação em Michel Foucault”.

Evidentemente, Franco e Lemos têm em vista que as

oligarquias do setor de radiodifusão no país têm estabelecido também mecanismos de dominação no campo da comunicação, ao conseguirem articular um dispositivo que reproduz suas práticas cristalizadas que agem por meio da lógica do comentário de informações rápidas e fragmentadas, repletas de um projeto de banalização do cotidiano; marcada pelo mercado do entretenimento sensacionalista, limitando que outros modos de existência e discursos circulem e ganhem visibilidade, na sociedade brasileira. (idem)

Todavia, é plausível, partindo da reflexão foucaultiana, reconhecer elementos de resistência e de disputa pelo poder, tanto na reafirmação dos métodos mais comuns como no uso de outras mídias, diferentes daquelas usualmente adotadas pelo *establishment*.

Nesse ponto, tomamos como dado o fato de o poder central não ser tão facilmente delimitável ou que, em rigor, sequer exista como tal. Mesmo em face de objetivos econômicos similares, entendemos não se possa falar de um indivíduo ou força nuclear para onde convirjam. Resta, por outro lado, o postulado de Foucault sobre o exercício do poder que se dá em rede e se manifesta de forma difusa, capilar, dinâmica, oculta, propositiva, produtiva.

Concernente ao recorte indicado aqui, quanto a refletir a relação entre poder e mídia, destaca-se a disputa discursiva pelo lugar de verdade. Na entrevista que chamou de *Não ao sexo rei*, Foucault fala do quanto lhe era patente o esforço pela produção e divulgação de discursos que se propõem verdadeiros:

Vivemos em uma sociedade que em grande parte marcha “ao compasso da verdade” – ou seja, que produz e faz circular discursos que funcionam como verdade, que passam por tal e que detêm por este motivo poderes específicos. A produção de discursos “verdadeiros” (e que, além disso, mudam incessantemente) é um dos problemas fundamentais do Ocidente. A história da “verdade” – do poder próprio aos discursos aceitos como verdadeiros – está totalmente por ser feita. (FOUCAULT, 2019, p. 346)

O fenômeno abordado pelo filósofo europeu parece manter, em nossos dias e em nosso país, sua relevância e encontrar correspondências. Em especial nos acontecimentos recentes em torno das eleições de 2018 e da pandemia da Covid-19 nos quais, há não somente a busca por verdades que nos sirvam de diretriz, mas, também, a disputa pelo poder concedido – quase como prêmio – ao discurso erigido à condição de verdade.

No primeiro fenômeno, assistimos com certa surpresa à certa alteração com setores do *establishment*; rejeição, contestação e desconfiança quanto aos interesses e objetivos dos veículos tradicionais da mídia; suporte a discursos nacionalistas, protecionistas e conservadores do ponto de vista dos costumes; assunção de políticas econômicas liberais; legitimação de setores sociais como grupos religiosos, dentre outros aspectos. Na difusão de suas ideias, as redes sociais como Facebook, Twitter e Whatsapp foram explorados como nunca antes.

O isolamento decorrente da pandemia de Covid-19, o acesso à internet por um maior número de brasileiros e a democratização dos meios de comunicação, que hoje se fazem presentes, também, nas redes sociais, até mesmo como veículos informais de transmissão de notícia e conhecimento, faz com que a interação entre instituições e indivíduos tome proporções capazes de “inflar” ou minorar toda sorte de acontecimentos.

As mídias, enquanto instrumento de divulgação de determinados interesses políticos e econômicos e, especialmente aquelas que representam as classes e instâncias dominantes, modulam as informações de modo que ela chegará ao interlocutor de forma enviesada ou,

pensando a partir de Foucault, produz um saber, um discurso de verdade que exerce poder sobre os corpos individuais e sobre o corpo social.

No âmbito micro, o receptor da notícia tem sua percepção sobre eventos noticiados dirigida, modificada, controlada, refletindo o pensamento de Foucault de que o indivíduo é, ao mesmo tempo, produto e produtor de poder.

Teve repercussão, recentemente, casos envolvendo *digital influencers* (como são chamadas as pessoas que alcançam grande número de seguidores e “visualizações”). Alguns deles, desrespeitando as determinações de isolamento social e quarentena, promoveram aglomerações, publicando-as para seus milhões de seguidores. O julgamento negativo da mídia televisiva e das redes sociais, nesse caso, serviu de reprimenda tanto àquele que foi objeto da exposição midiática quanto daqueles que pensavam em agir de forma semelhante, em uma aproximação à censura do olhar, recurso proclamado pelo panóptico, que é paradigma dos mecanismos de vigilância desse modelo de sociedade.

No campo da saúde, revelaram-se as propensões das mídias em potencializar efeitos de poder e de produzir discursos. Nos espaços midiáticos de maior informalidade, tem-se a divulgação dos estudos e etapas da elaboração de vacinas para combater o coronavírus. A nacionalidade dos estudos, a origem dos pesquisadores e as empresas envolvidas, interferem na forma como a população enxerga a possível imunização contra a doença.

A imprensa, ao optar por determinada manchete, ao proceder à escolha de ilustrações que acompanham as matérias, ao decidir pelo formato de divulgação dos estudos, consegue reproduzir a dinâmica de influências e jogo de interesses que está por trás da relação entre os países produtores da vacina de Oxford, da vacina Chinesa e da Vacina Russa.

Ironicamente, a vacina que está em pesquisa na ex-URSS é chamada de Sputnik, em referência ao equipamento russo na corrida espacial durante a Guerra Fria, expressando a geopolítica internacional que permeia uma discussão científica sobre a doença. Concomitantemente, iniciam-se as discussões de grupos que recusam a vacinação compulsória da população e daqueles que a apoiam, os quais, em uma rede de interações são formadores de opinião de outros indivíduos que servirão como centros propagadores dessa opinião.

De igual importância é mencionar, ainda, como evento em que foi possível notar a mediação midiática na formação da opinião, no âmbito da vigilância exercida pela sociedade disciplinar, o movimento *Black Lives Matter*. A morte de George Floyd por um policial de Mineápolis, nos Estados Unidos, fez com que se desencadeassem protestos por todo aquele país,

amplamente noticiados pelos veículos de imprensa brasileiros. A mídia reproduzia imagens, vídeos e matérias a respeito do movimento, que parecia, então, existir concretamente para o mundo e nas redes sociais, com inúmeras manifestações de apoio entre os internautas, potencializando-se, assim, a articulação entre os movimentos antirracistas em muitos países e dando voz a grupos minoritários, como raramente ocorre no Brasil.

Em casos como os mencionados e, em especial o aparecimento de uma pandemia provocada por um vírus até então pouco conhecido, expuseram-se ainda mais as lacunas existentes na capilaridade, no alcance, na influência do monopólio das mídias tradicionais, consideravelmente tidas como legítimas portadoras dos discursos de verdade. Cada vez mais contestadas por movimentos populares, partidos políticos de diversos escopos ideológicos, pela circularidade de informações (ora divergentes, ora concordantes) por meio de outras formas de comunicação, as mídias tradicionais sentiram impacto na perda de sua influência, ao menos entre determinados grupos.

Os veículos que concentram maiores recursos econômicos e políticos ocupavam lugar privilegiado enquanto produtores e difusores de discursividades, no exercício do domínio sobre um certo saber que lhe confere poder inclusive de escolher o que fará (e como fará) chegar a nós. Ainda assim podemos observar a circularidade das relações de poder, na acepção foucaultiana de que o poder funciona em rede e não se estabelece em um centro absoluto.

Nas brechas dos monopólios de comunicação, outras discursividades circularam e mostraram que a informalidade, a estética modesta e o discurso imediato (i.e, com pouca ou nenhuma mediação); determinados grupos exploraram esse potencial e propuseram novas formulações de verdade e impuseram significativas mudanças de paradigmas. As mídias alternativas ocuparam espaços em que o poder, digamos, quase absoluto, de gerar opinião que a mídia tradicional exerce não penetrou.

A ideia de rede emprestará perfeita analogia ao aparecimento das “redes sociais” no cenário outrora ocupado exclusivamente por jornais, revistas e, mais ainda, pelas redes de televisão, redes de rádio. É fato que, juntas, formam cadeias de comunicação que se entrelaçam, se justapõem, se confrontam, competem entre si e sugerem pontos de encontro ou distanciamento, movimentos de idas e vindas, emaranhados por interesses, objetivos, posições diversas.

Entrementes, o surgimento e a popularização de outros meios de obter/difundir informações, conhecimentos e leituras de mundo coincidem com certo declínio da voz

inquestionável do saber científico que obtivera proeminência a partir do Iluminismo. É notável, nas redes sociais e mídias alternativas o prescindir ou mesmo a ausência de rigor e critério acadêmico, o qual perdeu muito de seu estatuto de verdade e foi desafiado em suas intenções, meios e objetivos.

A crise atual das instituições, a pluralidade epistemológica e ideológica, a transitoriedade do conhecimento científico, a derrocada do otimismo humanista-liberal, a falta de representatividade e legitimidade democrática da política vigente, o recrudescimento de narrativas sociopolíticas, culturais ou religiosas que parecem devolver certezas em face de tantas variações, a revolução tecnológica trazida pela internet e os *smartphones*, dentre outros fatores, ampliaram o uso de métodos alternativos.

Não houve a queda de um modelo em favor de outro; o que ocorreu foi a multiplicação de dispositivos que arrogam o que Foucault chamou de “discursos de verdade” inerentes à sociedade e, de repente, mais vozes passaram a reivindicar o poder de determinar condutas. Tal ocorre, como apontam Ferreirinha e Raitz, “por meio de sua linguagem, comportamento e valores, são relações constituídas de poder e, portanto, aprisionam os sujeitos.” (FERREIRINHA; RAITZ, 2010). Citando Foucault em *Microfísica do poder*,

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade, isto é, os tipos de discurso que aceita e faz funcionar como verdadeiros..., os meios pelo qual cada um deles é sancionado, as técnicas e procedimentos valorizados na aquisição da verdade; o status daqueles que estão encarregados de dizer o que conta como verdadeiro. (1979:12 *apud* FERREIRINHA; RAITZ, 2010)

De posse do poder para acessar instantaneamente e partilhar informações, parte da população, antes preterida, se pensou autônoma o suficiente para elaborar, disseminar, reproduzir, adotar discursos *anti-establishment*, expor seus anseios, crenças, enfim, sentir-se empoderada pelo simples uso de um aparelho eletrônico e suas inúmeras conexões. Entre boatos, fatos, *fakes* e *news*, conquistam espaço vozes difusas de distintas produções discursivas e que concorrem pelo lugar da verdade.

Junto da potência de tecer discursividades na constelação das relações de poder, as redes sociais promovem nos sujeitos uma hiper-exposição de si. O indivíduo, diante da nova dinâmica de apropriação do poder e de certa sensação onipotência pela capacidade de acessar determinadas narrativas e de expor sua opinião no nível da palavra verdadeira, vê-se, paradoxalmente, obrigado a confessar quem é. Nesse ponto, infere-se autonomia para gerar (in)verdades ou guardar segredo não só sobre as coisas, mas também sobre si mesmo, sobre sua

verdadeira vida, assentindo ou não consentindo em falar francamente, em estar conforme o exigido no jogo das confissões.

O texto foucaultiano explora amiúde a ideia de confissão, demonstrando como em especial a sexualidade tornou-se dispositivo emblemático do exercício do poder. É a partir do que a pessoa inquirida revela a seu próprio respeito que o diretor poderá estabelecer a verdade sobre aquele sujeito e, mais do que isso, indicar-lhe a conduta adequada. Na coletânea da *Microfísica*, vemos expresso o entendimento foucaultiano de confissão: são “todos estes procedimentos pelos quais se incita o sujeito a produzir sobre sua sexualidade um discurso de verdade que é capaz de ter efeitos sobre o próprio sujeito.” (FOUCAULT, 2019, p. 390). Dessa forma, o instrumento que encarna o poder conquistado é, simultaneamente, dispositivo de confissão e, *lato sensu*, de sujeição.

Efetivamente, as tecnologias digitais possibilitam certo domínio ao povo, até para questionar a presunção de veracidade e legitimidade das grandes empresas televisivas e dos portais de notícias, enquanto provêm espaço para produzir sua própria discursividade, mobilizar demandas e expor a fragilidade dos centros de influência e poderes em maior destaque. Aliás, declarar a suspeição das versões e intenções das mídias corporativas é ação que pode ser subscrita tanto por espectros mais à direita ou mais à esquerda, a depender da ocasião e dos fatos divulgados. Em certos níveis, acreditar ou descredibilizar as informações veiculadas pelos dispositivos midiáticos é envidar-se à disputa pela detenção da palavra verdadeira.

A complexidade das tramas entre os veículos de discursos de verdade se fez ainda mais evidente no momento de pandemia que experimentamos durante a escrita deste artigo (2020). As redes sociais pareceram recuar quando se estabeleceu a disputa sobre quem detém a verdade, o conhecimento mais apurado, o acesso aos dados confiáveis (MARQUES, 2020): os telejornais da mídia tradicional, inclusive de TVs por assinatura, ganharam novo espaço (inclusive maior que antes) para fazer conhecida a informação verídica e precisa sobre o novo vírus e suas implicações. (REUTERS, 2020).

Considerando essa relação de poder, a busca por espaço também motivado por ideais políticos, crenças religiosas, contestação ao sistema vigente, as incertezas geradas pelo contexto e a resposta dos poderes conhecidos, contribuíram para uma expansão do uso das mídias populares, dos blogues militantes, também aos conspiradores e teóricos não-oficiais.

A mídia hegemônica, enquanto *mediadora* da informação, produtora de discursos, dispositivo de poder, já se viu desafiada em seu potencial amplo, tendo que dividir espaço e

disputar a verdade discursiva com modos outros de comunicação. Sendo assim, na vigilância operada e até propiciada por parcelas das mídias, há também as vozes rebeldes, dos que resistem e procuram subverter a ordem até então estabelecida.

4. A formação do indivíduo: sujeito, sujeição e subjetividade em face da mídia

Nesta oportunidade, elencamos usos que faz Michel Foucault das palavras sujeito e sujeição na obra *Microfísica do poder* (2019/1979). Um dos principais objetivos de Foucault ao estudar o poder não foi “para criar uma teoria de poder, mas para identificar os sujeitos atuando sobre os outros sujeitos.” (FERREIRINHA; RAITZ, 2010).

O deslocamento da arqueologia do saber para a genealogia do poder representa mudanças importantes no enfoque dado pela análise foucaultiana. Nesse segundo momento, contudo, no qual se insere a *Microfísica do poder*, trata-se “novamente de dissolver a noção substancialista de sujeito em uma rede intrincada de estratégias múltiplas de poder.” (SOUZA; FURLAN, 2018).

Destarte, como sintetizaram Souza e Furlan, nas

arqueologias, o sujeito do saber é dissolvido numa história recheada de descontinuidades; na genealogia, o sujeito político é desconstruído e formado numa rede infinitesimal de saberes e práticas. Agora, teoriza-se o “sujeito” como produto derivado das múltiplas pontuações de poder-saber. Com essa analítica do poder, Foucault mostra o corpo investido de história e poder. O sujeito mais como sujeição (à história, à política) do que como atividade sintética fundadora de mundo. (Idem)

Segundo observado, *Vigiar e punir* é, talvez, a mais elaborada dissertação foucaultiana sobre o poder disciplinar em torno do corpo do indivíduo. Enquanto isso, em *A vontade de saber* (parte um da *História da sexualidade*) mostra como, em adição, como o poder se debruçará sobre o conjunto dos corpos.

De fato, a sociedade disciplinar esboçada no primeiro exerce seu poder visando “‘docilizar’ e investigar os corpos em suas individualidades” (idem), dimensão a que Foucault chama de *anátomo-política*. No outro livro, a parte final registra excertos de seu pensamento em torno da *biopolítica*, que explora outro alcance do poder, desta vez sobre a vida ou o biopoder. Esse poder se capilariza: as minúcias da vida são alcançadas, num modo de operação descrito como *microfísica do poder*, que atua gerenciando e controlando a vida tanto no nível geral, quanto individual.

No compêndio *Microfísica*, a biopolítica, no âmbito do *Nascimento da medicina social*, aparece na iniciativa do capitalismo em criar um sistema de saúde social, que concerne ao

“controle da sociedade sobre os indivíduos” (FOUCAULT, 2019, p. 144). Buscando garantir a saúde dos corpos para serem produtivos, esse controle social “não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica.” (Idem)

Em *Nietzsche, a genealogia e a história* Foucault reconhecerá que “sobre o corpo [do indivíduo] se encontra o estigma dos acontecimentos passados do mesmo modo que dele nascem os desejos, os desfalecimentos e os erros nele também eles se atam e de repente se exprimem, mas nele também eles se desatam, entram em luta, se apagam uns aos outros e continuam seu insuperável conflito.” (idem, p. 65). É nesse corpo que se imprimem traços dos eventos que experimenta, que vão se acumulando, formando os sujeitos, numa ação que podemos deduzir é *micro e é física*.

Encerrando a seção V sobre o pensador alemão, Foucault intuirá ser o corpo:

superfície de inscrição dos acontecimentos (enquanto a linguagem os marca e as ideias os dissolvem), lugar de dissociação do Eu (que supõe a quimera de uma unidade substancial), volume em perpétua pulverização. A genealogia, como análise da proveniência, está, portanto no ponto de articulação do corpo com a história. Ela deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo. (idem)

Nesse trecho, percebe-se a importância que o lugar do corpo toma na reflexão foucaultiana herdada, em parte, de Nietzsche, postulando ser o corpo, ao mesmo tempo, expressão concreta de linguagem e produto da época em que se inscreve. Assim, o corpo (tal como aquela ideia de sujeito) sai de uma concepção de substância una e invariável, soberana em si mesma e se descobre “volume em perpétua pulverização”, marcado e “arruinado”, como a análise da genealogia foi capaz de notar. (idem).

Já no primeiro texto da *Microfísica*, a entrevista *Verdade e poder*, questiona as definições clássicas de sujeito constituinte ou econômico, e dirá que é preciso se livrar do “sujeito” em favor de uma leitura da trama histórica, ou seja: deixar de lado aquela noção de sujeito transcendente, universalmente constituído, que poderia ser identificado facilmente em qualquer época. Em contrapartida, sugere a abordagem do método da “genealogia, isto é, uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto, etc.” (idem, p. 43)

Do diálogo com Nietzsche postula, com base no filósofo alemão, certas distinções com a noção de história em Platão. O uso proposto por Nietzsche para a noção de **sujeito de conhecimento** (FOUCAULT, 2019, p. 93-85) é justamente seu sacrifício, a entrega de sua vida

em troca do conhecimento a ser adquirido. A terminologia de sacrifício remete à antiga prática religiosa de oferenda de corpos enquanto ato necessário para se obter um fim mais elevado. Esse sujeito que se dedica a conhecer estava inserido numa consciência histórica mascarada de neutralidade, supostamente despojada de paixão e que se dedicaria apenas à busca da verdade.

Nesse sentido, abandonar essa premissa de sujeito tornará possível conceber que há, sim, uma vontade de verdade que não pode ser limitada pela finitude da razão. Igualmente, considera haver transformações na busca pelo saber, o que não nos aproxima de uma verdade universal e, também, na fixidez de um sujeito apto a receber uma verdade dita universal. O sujeito de conhecimento – aquele capaz de adquirir um saber quase originário – terá de ser sacrificado em prol do saber que se forma, que é dinâmico, contextual, contingente. Nas palavras de Foucault:

Vê-se que, um pouco mais tarde, Nietzsche retoma por sua conta própria o que ele então recusava. Ele o retoma, mas com uma finalidade inteiramente diferente: não se trata mais de julgar nosso passado em nome de uma verdade que o nosso presente seria o único a deter. Trata-se de arriscar a destruição do sujeito de conhecimento na vontade, indefinidamente desdobrada, de saber. (idem, p. 86)

Aliás, esse movimento vai em direção a questionar as noções de história linear e abre caminho a ponderar as discontinuidades, a parodiar com os “monumentos” erigidos à memória de fatos inquestionáveis, tudo isso debaixo do efeito que a própria busca pelo saber ironicamente provoca no sujeito. Com efeito, nas obras foucaultianas e, mais precisamente, nas

múltiplas possibilidades de análise que o livro *Vigiar e punir* (FOUCAULT, 1987) suscita, se encontra a problematização da genealogia do indivíduo moderno em face de uma complexa malha de dispositivos que se efetivam mediante estratégias de poder. Esse projeto apresenta a emergência da noção de indivíduo situado na fronteira dessas relações. Uma genealogia que tem, portanto, a ver com uma história do presente. Quem somos nós? Este questionamento desloca o entendimento essencializado da figura do indivíduo em detrimento ao campo de estudos cujo foco diz respeito aos acontecimentos históricos e à intensa batalha entre as forças, o duelo da “Atividade” contra a “Reatividade” (SOLER, 2008).

Agora, no que diz respeito à sujeição, tem-se na ideia de microfísica do poder uma multiplicidade de corpos de sujeitos – entenda-se, concomitantemente, corpos sujeitados – que formariam juntos o corpo do soberano, se se quiser pensar a partir das descrições hobbesianas, pensando na ilustração de capa de diversas edições do *Leviatã*. Tencionando desmistificar a figura de um soberano que personifica a plenitude do poder, Michel Foucault insistirá na tese de que se deve buscar onde o poder se exerce. Assim propõe:

Recordem o esquema do *Leviatã*: enquanto homem construído, o *Leviatã* não é outra coisa senão a coagulação de um certo número de individualidades separadas, unidas por um conjunto de elementos constitutivos do Estado; mas no coração do Estado, ou melhor, em sua cabeça, existe algo que o constitui como tal e este algo é a soberania,

que Hobbes diz ser precisamente a alma do Leviatã. Portanto, em vez de formular o problema da alma central, creio que seria preciso procurar estudar os corpos periféricos e múltiplos, os corpos constituídos como sujeitos pelos efeitos de poder. (FOUCAULT, 2019, p. 283-84)

Enquanto discutia a arqueologia do saber, Michel Foucault ponderava sobre os modos como se desenvolveu o conhecimento acerca dos sujeitos, a elaboração de um discurso que delimita, define e estabelece o que é o sujeito. A análise da genealogia do poder, por conseguinte, reflete que, enquanto se aplicam as técnicas de dominação e as técnicas discursivas, ou seja, dá-se o exercício do poder (seja ele repressivo ou produtivo), a maneira com que o indivíduo vê a si mesmo, se obedece ou resiste, assimila ou rejeita, constrói sua identidade ou a reafirma.

Sujeitos não existem *a priori*, são formados à medida em que sofrem sujeição, e enquanto propõem: o exemplo do louco e da histérica que desafiavam o saber médico/psiquiátrico sobre a razão e desrazão, como sugerido em suas pesquisas sobre a psiquiatria, a clínica e a loucura e, na *Microfísica*, é mencionado durante a entrevista *A casa dos loucos* (idem, p. 190); passando pelas diversas menções aos proletários, com destaque para a entrevista *Sobre a justiça popular* (idem, p. 87), em que discute as condutas maoístas, que, ao viverem sua sexualidade, sua religiosidade ou suas convicções políticas, constituem-se como sujeitos de direito, sujeitos de ação, pessoas certas de suas possibilidades e limites.

5. Da sujeição à resistência

Finalmente, em Foucault, o poder deve ser entendido e analisado como uma rede dinâmica de práticas. Isso implicará, portanto, que onde houver poder, sempre haverá alguma forma de resistência. Contudo, assim como na análise que implica numa descrição microfísica do poder, em que não há um centro de poder, uma única fonte de onde emana a dominação, também inexistem centros de resistência em algum lugar fora dele.

Tanto quanto é capilar e difuso o poder, tal é a resistência às suas manifestações, podendo ser mais densas e facilmente observáveis em determinados momentos, situações e regiões que em outras. As tentativas de subversão são inerentes às relações de poder e seu funcionamento.

Sabedor da possibilidade de resistência, o panóptico (que se tornou uma espécie de paradigma das técnicas e aprimoramento das tecnologias de poder), incrementou seu modo de operar para coibir insurreições, crimes e imoralidades – de modo menos dispendioso e violento – como também para condicionar os corpos dos indivíduos à produtividade de atos e discursos aceitáveis e convenientes à ordem estabelecida em função do capitalismo.

Contudo, a submissão não é incondicional. Em *Nascimento da medicina social*, Foucault menciona exemplos de resistência, no âmbito da questão da saúde pública, que chamou de “pequenas insurreições antimédicas” (FOUCAULT, 2019, p. 168). Elas se deram em forma de reações violentas à obrigatoriedade de vacinas e às intervenções estatais, bem como na “resistência difusa” de fiéis católicos ao sistema público de saúde, quando iam em busca de curas nas procissões religiosas. (idem).

No que tange à subjetivação, é exemplo de como funciona esse processo a experiência de doentes mentais na *Casa dos loucos*. Fica demonstrado o quanto a resistência se implica na formação dos sujeitos, ou na definição de quem eles são. Como disse Foucault, o

afrontamento, este choque inevitável, e a bem dizer desejável, produzirão dois efeitos: a vontade doente, que podia muito bem permanecer inatingível pois não é expressa em nenhum delírio, revelará abertamente seu mal pela resistência que opõe à vontade reta do médico; e, por outro lado, a luta que a partir daí se instala, se for bem levada deverá conduzir a vontade reta à vitória, e a vontade perturbada à submissão e à renúncia. Um processo de oposição, de luta e de dominação. (idem, p. 203)

Discorrendo *Sobre a história da sexualidade*, quando Foucault tratou da conduta dos movimentos de liberação homossexual e das mulheres, demonstrou o quanto os dispositivos como a sexualidade ao mesmo tempo em que ditam condutas e sujeições, também estão suscetíveis à certa contestação, a partir do interior desses dispositivos:

O que eu gostaria precisamente de mostrar, em relação a tudo que atualmente se diz a respeito da liberação da sexualidade, é que o objeto sexualidade é, na realidade, um instrumento formado há muito tempo e que se constituiu como um dispositivo de sujeição milenar. O que existe de importante nos movimentos de liberação da mulher não é a reivindicação da especificidade da sexualidade e dos direitos referentes à esta sexualidade especial, mas o fato de terem partido do próprio discurso que era formulado no interior dos dispositivos de sexualidade (idem, p. 395).

Diante dos extratos da investigação foucaultiana em *Microfísica do poder*, fomos em busca do diálogo com textos publicados em plataformas digitais que dialogam com nosso objeto de análise, que é tentar avaliar a mídia sob os conceitos de poder e sujeito em Foucault. Deparamo-nos com a pergunta feita por Franco e Lemos: “Como é possível participar de um jogo contra um adversário que detém um aparato estrutural milionário, como é o caso das famílias Marinho, Saad, Santos, Civita, entre outros?”, seguida pela afirmação de que “Este é, sem dúvida, um jogo em que as probabilidades de estratégias de resistência encontram-se limitadas, ainda que possíveis e esperadas”. (FRANCO; LEMOS, 2013).

À guisa de ensaio, postulamos aqui, em tom de contribuição ao debate, que na popularização de outros meios de comunicação como as redes sociais, blogues, portais de vídeos, plataformas de *streaming*, tocadores de *podcasts*, mesmo que, eventualmente estivessem

diretamente conectados a grandes corporações, são meios mais acessíveis a certas iniciativas populares ou individuais de custo muito menor, ampliando a voz de movimentos sociais, causas populares, divulgação de opiniões e ideias, promoção de estilos de vida e formação de opinião.

A disputa pelo espaço do discurso predominante faz ter a impressão de que alguém está livremente emitindo uma opinião e equipara-se um conhecimento difuso àquilo que a construção convencional do saber. Afora de juízo de valor, as formulações resultantes podem ser resistentes a um sistema previamente estabelecido, considerando que o saber institucionalizado, quer pela mídia, quer pelas repartições governamentais ou agências científicas foi desafiado, muitas vezes sem o mesmo rigor de apuração dos fatos. Conquanto se reconheça a agenda de interesses das agências hegemônicas de notícias, o abandono do cuidado metodológico abre espaço a uma volatilidade maior no estabelecimento da verdade.

Pensando desde a análise de Foucault, a relação com as mídias, quaisquer que sejam, é marcada por procedimentos de sujeição e processos que formam a subjetividade influenciando certos comportamentos, ditando normas, reafirmando padrões, servindo a determinados interesses econômicos e políticos. Seja como for, as expressões do poder que se dão pela mídia poderão também ser, eventualmente, tomados, socializados, democratizados, manipulados por outras forças.

6. Considerações finais

O caso recente das eleições presidenciais nos EUA e no Brasil demonstrou algum revés e lacunas abertas no alcance e influência dos veículos midiáticos dominantes, e possibilitou mudanças importantes no potencial delas para decidir eleições e lançar luz sobre iniciativas sociais. Isso não significa, porém, que se pode qualificar tais iniciativas como sendo de estrito interesse de minorias historicamente exploradas, mas revela a dinâmica das relações de poder.

Em que pesem as visíveis interferências de setores políticos e econômicos, altamente interessados em criar outras formas de comunicação que possibilitem desbravar dimensões inexploradas anteriormente para manutenção do *status quo*, há regiões mais periféricas do poder, se assim podemos chamar, que visualizam oportunidades de expor suas ideias, seu modo de vida, suas propostas de revisão e, quiçá, de alguma superação do “estado de miséria” produzido por mecanismos positivos que coagem, incitam a produzir e a falar de si.

Noutro giro, a influência da mídia e sua sabida tendenciosidade, também se revelam na medida em que postulam questionamento ou leniência diante de decisões judiciais,

favorecimento deste ou daquele grupo social, esta ou aquela visão de mundo e a subida delas às instâncias de poder.

Todos esses fenômenos revelam que embora tenha predominância a sociedade disciplinar, com seus mecanismos de vigilância contínua, o ideal de sociedade concebido pelos revolucionários franceses com inspiração no panóptico, fundada na censura do olhar e regida pela “pureza” da opinião, é inconciliável com a dinâmica de construção e disseminação de informações por meio da mídia, conforme admitiu Foucault ao tratar do tema em *Microfísica do Poder*. A construção do indivíduo é perpassada pelo poder disseminado pelos veículos de comunicação, que tanto são patrocinados por interesses de diversas instituições sociais como por seus próprios ideais e ganhos financeiros.

Sendo assim, pode-se refletir sobre as questões que envolvem a formação do sujeito, os modos de subjetivação e de sujeição dos humanos, a exposição de seus corpos enquanto dóceis, eficazes, sexualizados, determinados pela heteronormatividade, e também a capacidade de imaginarmos e criarmos lugares heterotópicos, face a tanta distopia e desajustes nos projetos humanistas que, ao fim e ao cabo, nem sempre estão a serviço da contestação e resistência aos poderes vigentes.

7. Referências

CALÇADO, T. Tecnologia e subjetividade: poder e discursividade à luz da Microfísica do poder em Michel Foucault. **PAULUS: Revista de Comunicação da FAPCOM**, v. 1, n. 1, p. 77-86, 16 jan. 2017. Disponível em <<https://fapcom.edu.br/revista/index.php/revista-paulus/article/view/10>> Acesso em: 23/07/2020

CANDIOTTO, Cesar; COUTO NETO, Silvio. O panoptismo eletrônico virtual e sua ameaça ao exercício da atitude crítica. In: USP. Dossiê especial - Foucault, Políticas da arqueologia: 50 anos de A arqueologia do saber (1969). **Cadernos de Ética e Filosofia Política**. v. 2 n. 35 (2019) Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/cefp/article/view/162507/158603>> Acesso em: 19/08/2020

CASTRO, Edgardo. **El vocabulário de Michel Foucault**. Espanha: Universidad Nacional de Quilmes, 2005. 376 p.

FERREIRINHA, Isabella Maria Nunes; RAITZ, Tânia Regina. As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. In: **Revista de Administração Pública**, vol. 44 no. 2 Rio de Janeiro Mar./Apr. 2010

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 10ª ed. São Paulo: Paz & Terra, 2019.

FRANCO, Ana Carolina Farias; LEMOS, Flávia Cristina Silveira. Algumas interrogações sobre o sistema de comunicação no Brasil: mídia e relações de poder, saber e subjetivação. In: **Barbaroi**, no. 38, Santa Cruz do Sul jun. 2013. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-65782013000100005>

Acesso em: 13/09/2020

LEMOS, Flávia Cristina Silveira, CARDOSO JUNIOR. H. R.; ALVAREZ, M. C. (2013). Instituições, confinamento e relações de poder: questões metodológicas no pensamento de Michel Foucault. In: **Psicologia & Sociedade**, 26 (n. spe.), p. 100-106.

MARQUES, José. **TVs e jornais lideram índice de confiança em informações sobre coronavírus, diz Datafolha**. Folha de S. Paulo, 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/tvs-e-jornais-lideram-indice-de-confianca-em-informacoes-sobre-coronavirus-diz-datafolha.shtml>>. Acesso em: 10/08/2020.

REUTERS INSTITUTE. **Brazil**. Disponível em <<http://www.digitalnewsreport.org/survey/2020/brazil-2020/>>. Acesso em: 15/09/2020

REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. Claraluz: São Carlos, 2005.

SOLER, Rodrigo Diaz de Vivar Y. Uma história política da subjetividade em Michel Foucault. In: **Fractal, Revista de Psicologia**. vol. 20, no. 2 Rio de Janeiro Jul./Dez. 2008. Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922008000200019> Acesso em: 09/08/2020

SOUZA, Pedro Fernandez de Souza; FURLAN, Reinaldo Furlan. A questão do sujeito em Foucault. In: **Psicologia USP**, vol.29 no.3 São Paulo set./dez. 2018. Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642018000300002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt#B10> Acesso em: 10/09/2020)